

**PODER**

# Ministro é mais uma vez acusado de assédio

Em relato feito ao Conselho Nacional de Justiça, uma segunda mulher afirmou que Marco Buzzi, do STJ, a importunou sexualmente. Defesa critica vazamento

» IAGO MAC CORD

**O** Conselho Nacional de Justiça recebeu, ontem, uma segunda denúncia de assédio sexual contra o ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A nova acusação foi, supostamente, apresentada por uma ex-servidora do gabinete do magistrado. Por narrar "fatos análogos àquelas objeto de procedimento em curso", isso levou o corregedor de Justiça, Mauro Campbell Marques, a abrir nova reclamação disciplinar contra o ministro.

Em função desta segunda denúncia de assédio, os advogados de defesa de Buzzi divulgaram nota afirmando que ele não cometeu "ato impróprio" e criticaram o vazamento de informações sobre o caso. Tanto a primeira quanto esta outra denúncia estão sob sigilo, "medida indispensável para preservar a intimidade e integridade das pessoas envolvidas e para a adequada condução das investigações", observa o CNJ.

Porém, para os advogados de Buzzi, "o vazamento antecipado de informações não checadas, alheias aos canais institucionais e antes mesmo do acesso da defesa aos autos, revela um esforço deliberado de constranger o devido processo legal e influenciar indevidamente futuras decisões judiciais". Afiram, ainda, que "a oitiva realizada sem a presença da parte reclamada fere frontalmente o artigo 62 do Estatuto Interno do Conselho Nacional de Justiça, o que compromete a própria regularidade do procedimento".

"Não há, portanto, qualquer base jurídica ou factual que permita manifestações responsáveis sobre fatos ainda indefinidos — muito

Carlos Vieira/CB/D.A. Press



Nova acusação contra Buzzi se soma à da jovem que disse ter sido assediada numa praia de Balneário Camboriú

menos julgamentos públicos antecipados", frisam os advogados do magistrado.

Primeiramente, o ministro foi acusado de assediar uma jovem de 18 anos que passava férias na casa dele com a família, em Balneário Camboriú (SC). Segundo relatou a moça ao CNJ, em 9 de janeiro o magistrado a teria agarrado durante um banho de mar. Ela afirmou que se desvencilhou e contou o episódio aos pais, que, em seguida, deixaram a casa de Buzzi. Ao chegarem em São Paulo, registraram a ocorrência.

Em função do inquérito policial, uma comissão de sindicância foi criada no STJ para apurar a veracidade da acusação feita pela jovem. A ministra Izabel Galotti, chamada

a participar do colegiado que analisa a situação de Buzzi, declinou do convite alegando ter uma relação pessoal com a família do acusado. Foi substituída por Francisco Falcão, que se une aos magistrados Antônio Carlos Ferreira e Raul Araújo na análise do caso.

**Ação no STF**

Além disso, uma representação contra Buzzi foi aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) — fórum indicado para processar e julgar integrantes de cortes superiores —, cuja relatoria é do ministro Kássio Nunes Marques.

O mais provável é que a nova denúncia de assédio contra Buzzi

também seja investigada no STJ. A sindicância na Corte e os processos no CNJ têm caráter administrativo e podem resultar na aposentadoria compulsória.

Buzzi entregou um atestado médico ao presidente do STJ, Herman Benjamin, na quinta-feira passada, dia seguinte à abertura da sindicância. O ministro teria se sentido mal e foi internado no hospital DF Star, em Brasília, com dores no tórax. O atestado tem 10 dias de duração, mas pode ser renovado. Nos bastidores do tribunal, o comentário é que são grandes as possibilidades de que o ministro seja afastado das atividades enquanto a investigação interna estiver em andamento.

**EXTRADIÇÃO**

## Volta de Zambelli pode sair hoje

Lula Marques/EBC



Deputada fugiu após ser condenada por invadir sistemas do CNJ

Após ter sido adiado quatro vezes, o julgamento que vai decidir sobre a extradição da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), presa em Roma, na Itália, está marcado para hoje. A decisão caberá à Justiça italiana.

Condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Carla teve a extradição pedida após ter deixado o Brasil, o que levou à sua prisão pela polícia italiana. Agora, porém, cabe às autoridades judiciais do país europeu abrir e concluir o procedimento que definirá se a extração será ou não autorizada, especialmente porque a ex-parlamentar também tem cidadania italiana.

A defesa de Carla Zambelli na Itália afirma ter "boa expectativa" em relação ao desfecho da audiência. Segundo o advogado Fabio Pagnozzi, que a representa no país, o senador italiano Matteo Gelmetti tem atuado junto ao Ministério da Justiça para tentar barrar a extradição, sob o argumento de um suposto desrespeito a garantias processuais no Brasil por parte do ministro Alexandre de Moraes, do STF.

"O senador, do partido da primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, está cobrando a não extradição ao ministro da Justiça e também criticando a forma como esse processo no Brasil foi julgado por um ministro 'relator, vítima e acusador', nas palavras dele", disse Pagnozzi.

Ainda segundo a defesa, o senador Gelmetti também pediu explicações às autoridades italianas sobre como o deputado Angelo Bonelli, do Partido Verde da Itália, obteve o endereço de Carla em Roma. "Ele pediu esclarecimentos sobre como o endereço dela foi fornecido por um deputado de esquerda, já que ele não teria acesso às investigações da polícia local. Esse cenário muda muito", disse Pagnozzi.

Em julho do ano passado, Bonelli publicou em seu perfil no X

(antigo Twitter) que havia localizado em Roma a então parlamentar foragida e informado o endereço às autoridades. "Carla Zambelli está em um apartamento, em Roma. Forneci o endereço à polícia; nesse momento, a polícia está identificando Zambelli", escreveu à época.

Bonelli, de 62 anos, é ativista ambiental e, desde 2022, presidente da Aliança Verde-Esquerda, coligação que faz oposição ao governo de Giorgia Meloni.

Carla foi localizada pelo advogado da Polícia Federal em Roma, que atua na Embaixada brasileira, em conjunto com autoridades italianas.

A prisão ocorreu no mesmo dia da publicação de Bonelli. Desde então, a ex-deputada permanece detida na prisão feminina da Penitenciária de Rebibbia, em Roma.

**Duas condenações**

No Brasil, Carla foi condenada duas vezes pelo STF. Na primeira ação, recebeu pena de 10 anos de

prisão por invasão de sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e falsidade ideológica, em conluio com o hacker Walter Delgatti Neto. Ele afirmou ter sido contratado por ela para inserir documentos falsos no sistema do Conselho Nacional de Justiça, incluindo um falso mandado de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes.

Após essa condenação, ela deixou o Brasil e acabou presa na Itália em operação conjunta da Polícia Federal com autoridades locais.

Na segunda condenação, o STF fixou pena de cinco anos e três meses de prisão, em regime inicial semiaberto, pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal, com perda do mandado após o trânsito em julgado. Ela se envolveu em uma confusão no dia das eleições de 2022. A ex-parlamentar perseguiu, com arma em punho, um homem negro, que é agredido por outras pessoas. Um tiro é disparado pelo grupo do qual fazia parte a então deputada.

**INVESTIGAÇÃO**

## CPMI patina com duas ausências

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que apura irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a semana com duas derrotas e com os trabalhos novamente empacados. O senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente do colegiado, teve de suspender a sessão de ontem porque dois depoentes apresentarem atestados médicos e alegarem a impossibilidade de comparecer.

O empresário Paulo Camisotti encaminhou o documento na última hora — antes o deputado estadual do Maranhão Edson Araújo (PSB) já avisara quem não prestaria esclarecimentos — e a sessão foi suspensa. O parlamentar apresentou recomendações médicas que desaconselhavam a vinda a Brasília devido a uma cirurgia recente.

Porém, segundo a Junta Médica do Senado, o deputado tem condições clínicas de prestar depoimento, mas concordou que ele permanecesse em recuperação e evitasse viagens. Edson Araújo é investigado pela Polícia Federal (PF) na Operação Sem Desconto, que apura um esquema de irregularidades envolvendo deduções indevidas nos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. Não há nova data do depoimento.

Já Paulo Camisotti, filho e sócio do empresário Maurício Camisotti, está amparado por um habeas corpus concedido pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, que lhe dá direito a se calar diante da comissão de inquérito.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



&lt;/div